

## Dissecando a fome no Brasil durante a pandemia da COVID-19

### Dissecting hunger in Brazil during the COVID-19 pandemic

*Gabriela Taise Poiati Xavier*

Mestranda em Geografia – PPGE/Unifal-MG, Brasil  
[gabriela.xavier@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:gabriela.xavier@sou.unifal-mg.edu.br)

*Mariana Medeiros Alves*

Mestranda em Geografia – PPGE/Unifal-MG, Brasil  
[mariana.alves@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:mariana.alves@sou.unifal-mg.edu.br)

*Leonardo Lencioni Mattos Santos*

Mestrando em Geografia – PPGE/Unifal-MG, Brasil  
Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)  
[leonardo.lencioni@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:leonardo.lencioni@sou.unifal-mg.edu.br)

*Marcos Vinícius Bertachi*

Mestrando em Geografia – PPGE/Unifal-MG, Brasil  
[marcos.bertachi@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:marcos.bertachi@sou.unifal-mg.edu.br)

*Estevan Coca*

Doutor em Geografia – Professor Adjunto – PPGE/Unifal-MG, Brasil  
[estevan.coca@unifal-mg.edu.br](mailto:estevan.coca@unifal-mg.edu.br)

#### Resumo

Dentre os diversos tipos de desigualdade que têm sido enfatizados como resultado indireto da pandemia da COVID-19 destaca-se a fome. Fatores como a inflação, a diminuição do poder de compra e a desestabilização de cadeias de abastecimento têm feito com que a fome cresça em todos os continentes. Assim, ao mesmo tempo em que existe um desafio fitossanitário gerado pela COVID-19, a crise social da fome também tem se agravado. Isso torna ainda mais difícil o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de acabar com a fome e a miséria. Através da análise de dados secundários buscamos dissecar a construção social e política da fome com ênfase no período pandêmico e na realidade brasileira. O texto traz duas contribuições: i) ele demonstra como a fome gera e é gerada por outros tipos de desigualdades como regional, gênero e raça e; ii) destaca como o desmonte de políticas de bem-estar social tem acelerado a fome no Brasil.

**Palavras-chave:** Fome; COVID-19; espacialidade; gênero; raça.

#### Abstract

Hunger stands out among the different inequality types emphasised as an indirect result of the COVID-19 pandemic. Inflation, declining purchasing power, and destabilising supply chains have caused hunger to grow on all continents. Thus, while COVID-19 generates a phytosanitary challenge, the social dimensions of the hunger crisis have also worsened. As a result, achieving the Sustainable Development Goal of ending hunger and poverty is even more difficult. Through the analysis of secondary data, we seek to dissect the social and political construction of hunger, emphasising the pandemic period and the Brazilian reality. The text offers two contributions: i) it demonstrates how hunger generates and is generated by other types of inequalities such as regional, gender and race questions; and ii) it highlights how the dismantling of social welfare policies has accelerated hunger in Brazil.

**Keywords:** Hunger; COVID-19; spatiality; gender; race.

## 1. INTRODUÇÃO

Dentre os impactos da pandemia da Covid-19 na população brasileira, para além da triste marca de mais 566 mil mortos<sup>1</sup>, consta o retorno ao cotidiano de milhares de famílias de uma das mazelas que o país havia indicado como quase superada na década passada: a fome. Esse quadro deve ser compreendido como consequência imediata da adoção de uma série de políticas neoliberais, do desmonte do apoio à agricultura familiar e à reforma agrária, da ausência do Estado no auxílio às populações vulneráveis e do desemprego em massa, além do encarecimento vertiginoso de alimentos básicos que compõem a dieta nutricional dos brasileiros (ALENTEJANO, 2020a; COCA; SANTOS; SALVATERRA, 2020; MALUF, 2020).

Essa realidade não é exclusiva do Brasil. Os dados internacionais demonstram que em 2019, cerca de 690 milhões de pessoas se encontravam em situação de fome, representando 8,9% da população mundial (FAO 2021). Perto de 750 milhões de pessoas - quase uma em cada dez pessoas no mundo - estiveram expostas a níveis graves de insegurança alimentar, de modo que, somando-se o número de pessoas afetadas pelos níveis moderado e grave de insegurança alimentar, as estimativas são de que 2 bilhões de pessoas ao redor do mundo não tiveram um acesso regular a alimentos em quantidade e qualidade adequadas (FAO 2021).

Sobre o Brasil, segundo o relatório elaborado pelo grupo *Food for Justice*, apenas 44,8% da população brasileira se encontra em situação de segurança alimentar (GALINDO *et al.*, 2021). Isso faz com que a busca por entender de modo pormenorizado como a fome é produzida seja uma das principais agendas de pesquisa da Geografia no presente.

Neste trabalho trazemos uma revisão sistemática sobre a fome durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. Destacamos que ela é consequência direta das políticas de livre mercado e que “disseca-la” nos ajuda a entender como ela se relaciona com outros problemas estruturais, a exemplo da questão regional, desigualdade de gênero e racismo.

O trabalho teve origem na roda de conversa “Fome, raça e gênero na pandemia”, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG), em 29 julho de 2021. Utilizamos discussões relacionadas a pesquisas de mestrado que têm sido desenvolvidas no PPGEO, assim como dados secundários para abordar os fatores econômicos, sociais e políticos que caracterizam a exacerbção da fome no Brasil durante o período pandêmico.

Organizamos o texto em quatro partes, além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, mostramos que a precarização das relações de trabalho é um dos principais

---

<sup>1</sup> Números referentes a agosto de 2021, quando foi concluído esse trabalho. Fonte: Consórcio de Veículos de Imprensa, 2021.

responsáveis pelo crescimento da fome no Brasil. Na segunda parte, destacamos como a fome possui distribuição espacial diferenciada no Brasil, sendo mais intensa no Norte e Nordeste e no campo. Na terceira parte, examinamos os dados da fome no Brasil durante a pandemia com ênfase na sua prevalência entre mulheres e negros. Por fim, na última parte “, aprofundamos a explicação sobre como as políticas de livre mercado têm ocasionado o desmonte do Estado de bem-estar social no país.

## 2. A FOME E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

Atualmente, como uma das consequências da segunda fase neoliberal do Brasil (FERNANDES *et al.*, 2017), existe um grande desmonte das políticas de proteção ao trabalho e ao trabalho(a). Isso tem acentuado o processo de precarização do trabalho (FRANCO; FERRAZ, 2019), agravando o quadro de desigualdade social que marca negativamente a sociedade brasileira.

Fazemos essa observação porque as situações de trabalho são determinantes para pensarmos a questão da fome no Brasil. De acordo com os dados do IBGE (2020), 41,6% da força de trabalho brasileira (39,3 milhões de pessoas) se encontra no mercado informal. Este mercado abarca as categorias “[...] empregado sem carteira, trabalhador doméstico sem carteira, conta própria não contribuinte, empregador não contribuinte e trabalhador familiar auxiliar” (IBGE, 2020, p. 22).

A informalidade tende a levar os(as) trabalhadores(as) a uma maior dependência de serviços prestados pelo governo, como as isenções fiscais e subsídios, o auxílio-emergencial, os transportes públicos, educação pública, cuidados de saúde, entre outros (SIPIONI *et al.*, 2020; ZAGO, 2021). Além do mais, por não terem as mesmas garantias trabalhistas dos que possuem carteira assinada, os(as) trabalhadores(as) informais tendem a se contaminar mais facilmente com a COVID-19, visto que precisam sair de casa para trabalhar e poder receber algum dinheiro. Neste sentido:

Além da manutenção em níveis elevados das taxas de subutilização da força de trabalho e de desocupação nos anos finais da série, o indicador de posição na ocupação revelou que as condições de trabalho foram também menos favoráveis para os que estavam ocupados. Desde 2015, houve redução contínua da participação dos empregados com vínculo formal de trabalho, que atingiu o nível mais baixo, 47,3%, em 2019. Já as parcelas de população ocupada sem carteira de trabalho e, principalmente, de trabalhadores por conta própria registraram elevações a partir de 2015, implicando contínuos aumentos de suas participações relativas [...] (IBGE, 2020, p. 20).

Sendo assim, as situações de trabalho no país apontam para uma tendência enorme de precarização, o que pode estar gerando impactos diretos na situação de insegurança alimentar vista atualmente. Os dados levantados pelo grupo *Food for Justice* indicam que a situação de trabalho influencia diretamente na situação de insegurança alimentar no contexto da pandemia de COVID-19 (GALINDO *et al.*, 2021). Para demonstrar isso, compusemos a Tabela 01:

**Tabela 1:** Distribuição percentual dos níveis de Segurança/Insegurança Alimentar segundo a situação de trabalho.

Situação de trabalho	Segurança alimentar	Insegurança alimentar leve	Insegurança alimentar moderada	Insegurança alimentar grave
Agricultor (a) familiar/Produtor (a) rural	34,80%	29,50%	21,40%	14,30%
Trabalho informal	29,60%	40,60%	14,20%	15,70%
Carteira assinada/Funcionário (a) público	58,90%	32,10%	5,30%	3,70%
Aposentado(a)	58,20%	29,60%	7,50%	4,70%
Autônomo(a)/Empreendedor (a)/Profissional Liberal/Empresário(a)	43,50%	40,10%	10,40%	6%
Outros (não PEA)	31,80%	39,40%	17,40%	11,40%
Desempregado(a)	27%	28,70%	22,20%	22,10%

**Fonte:** Galindo *et al.*, 2021.  
**Organizado por:** Leonardo Santos.

Portanto, é possível observar que trabalhadores(as) informais, desempregados(as) e agricultores(as) familiares apresentam uma tendência muito maior de estarem em situação de insegurança alimentar.

Relacionada com as condições de trabalho, também se faz necessário pautar a renda enquanto uma condicionante central para a situação de insegurança alimentar em um dado domicílio. As tendências observadas nas pesquisas apontam que a prevalência de segurança alimentar aumenta à medida que os rendimentos familiares também aumentam (GALINDO *et al.*, 2021; IBGE, 2013; PONTES *et al.*, 2018; TRIVELLATO *et al.*, 2019):

[...] enquanto domicílios cujos moradores viviam com apenas  $\frac{1}{4}$  SMPC (salário-mínimo *per capita*) apresentaram  $\frac{1}{3}$  da proporção de SA em comparação à média nacional e uma prevalência de IA grave 2,5 vezes superior à média nacional. Chama a atenção o fato de que nos domicílios com renda entre  $\frac{1}{2}$  e 1 SMPC, a IA moderada e grave ocorrem em proporções inferiores à média nacional, ao passo que essas condições de restrição alimentar já não estão presentes nos domicílios com mais de 1 SMPC de renda domiciliar (GALINDO *et al.*, 2021, p. 39).

Para além disso, a pesquisa do grupo *Food for Justice* indica que o aumento da vulnerabilidade à insegurança alimentar em relação a rendas familiares baixas está associado às condições de trabalho e ao desemprego: “Comparando com a situação de trabalho formal da pessoa de referência dos domicílios, a IA (insegurança alimentar) grave foi quatro vezes superior entre aquelas com trabalho informal, e seis vezes superior quando ela estava desempregada” (GALINDO *et al.*, 2021, p. 41).

Sendo assim, um primeiro apontamento que fazemos é que a superação da insegurança alimentar no Brasil passa pela criação de melhores condições no mercado de trabalho, tanto no sentido das condições de trabalho dos que já estão no mercado (garantias, seguro-desemprego, fundo de garantia, aposentadoria, entre outros), quanto no sentido da necessidade urgente de políticas voltadas para a geração de empregos.

### 3. A FOME E A ESPACIALIDADE

A formação socioespacial do Brasil é um dos principais responsáveis para que o país possua notáveis desigualdades (MOREIRA, 2011; OLIVEIRA, 1987), especialmente entre as macrorregiões e o campo e a cidade.

Por isso, a espacialidade é um elemento fundamental para que se possa compreender de maneira aprofundada o trabalho informal e conseqüentemente, uma maior propensão à fome. Ao se analisar os dados sobre a informalidade no mercado de trabalho, é possível observar que essa situação de trabalho é preponderante nas regiões Norte e Nordeste do país. Segundo o IBGE (2020, p. 36):

Em 2019, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 61,6% na Região Norte e 56,9% na Região Nordeste. Por outro lado, as Regiões Sudeste e Sul, apresentaram proporções de, respectivamente, 34,9% e 29,1%, enquanto a Região Centro-Oeste esteve próxima da média do País, 41,6%, com 40,7%.

Sendo assim, para compreender a insegurança alimentar se torna necessário abarcar não só a situação de trabalho, mas também onde esse trabalho é desenvolvido. Exemplo disso é que as regiões supracitadas (Norte e Nordeste) são justamente as mais afetadas pela insegurança alimentar no momento atual (Tabela 02).

A espacialidade é, portanto, uma dimensão fundamental para a compreensão da fome enquanto um fenômeno também político (CASTRO, 1984). Ou seja, a falta de políticas públicas específicas para o combate à fome atualmente, nos mais diversos espaços brasileiros, é um problema que possui raízes na mentalidade política brasileira (ANDRADE, 1997; VASCONCELOS, 2005). Não só isso, é um problema acentuado pelo modelo produtivo predominante do campo brasileiro (agronegócio), que além de ser altamente concentrado e excludente, possui sua orientação para a exportação de *commodities*, em detrimento do abastecimento do mercado interno (BARBOSA JR; COCA, 2015; BORGES, 2018; McMICHAEL 2009).

**Tabela 2:** Estimativas da porcentagem de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito VigiSAN, segundo as macrorregiões do país.

Macrorregião	Segurança alimentar	Insegurança alimentar leve	Insegurança alimentar moderada	Insegurança alimentar grave
Norte	36,90%	31,00%	14,10%	18,10%
Nordeste	28,10%	41,10%	17,00%	13,80%
Centro-Oeste	46,70%	34,60%	11,70%	6,90%
Sudeste/Sul	53,10%	32,30%	8,60%	6,00%

Fonte: Galindo *et al.*, 2021.

Organizado por: Leonardo Santos.

Essas desigualdades espaciais também podem ser observadas ao analisarmos o nível de segurança/insegurança alimentar segundo a localização dos domicílios em área rural ou urbana. Diversas pesquisas apontam que há, no Brasil, uma tendência de que os níveis de insegurança alimentar sejam maiores no meio rural (GALINDO *et al.*, 2021; IBGE 2013; PONTES *et al.*, 2018; SILVA; REGO, 2020; TRIVELLATO *et al.*, 2019). Neste sentido, sistematizamos a Tabela 03, para demonstrar a diferenciação das taxas de segurança/insegurança alimentar no meio urbano e rural.

**Tabela 3:** Estimativas da porcentagem de Segurança/Insegurança Alimentar do inquérito VigiSAN, segundo a localização dos domicílios.

Localização do domicílio	Segurança alimentar	Insegurança alimentar leve	Insegurança alimentar moderada/grave
Urbano	45,60%	35,00%	19,40%
Rural	40,00%	33,00%	27,00%

Fonte: Galindo *et al.*, 2021.

Organizado por: Leonardo Santos.

Portanto, os dados da pesquisa realizada pelo grupo *Food for Justice* em 2020, corroboram os dados e as pesquisas supracitadas que apontam para um maior nível de vulnerabilidade no meio rural, principalmente quanto à questão alimentar e nutricional e aos determinantes socioeconômicos atrelados (TRIVELLATO *et al.*, 2019).

Também merece destaque o fato de que, mesmo no meio rural, existem diferenciações entre os níveis de segurança/insegurança alimentar de acordo com as macrorregiões brasileiras.

A conhecida condição de pobreza ou da extrema pobreza das populações rurais, sejam elas de agricultores(as) familiares, quilombolas, indígenas ou ribeirinhos(as), tem reflexo importante nas condições de SA (segurança alimentar) destes grupos. As diferenças entre a condição de IA (insegurança alimentar) moderada ou grave entre os domicílios, segundo sua localização urbana ou rural, ocorrem em todas as regiões do país. Nas regiões Norte e Nordeste, identificou-se que a área rural tem maior proporção de Insegurança Alimentar

moderada ou grave quando comparada à área urbana. Entretanto, para as regiões Sul/Sudeste e Centro-Oeste a proporção de Insegurança Alimentar moderada ou grave é maior nas áreas urbanas quando comparadas às áreas rurais (GALINDO *et al.*, 2021, p. 38).

Além disso, também é necessário apontar que no meio rural existe uma diferenciação dos níveis de segurança/insegurança alimentar de acordo com a situação de trabalho e/ou condição do(a) proprietário(a) em relação à posse da terra. O estudo conduzido por Carneiro *et al.*, (2008) apontou a prevalência de insegurança alimentar grave em 39,5% das famílias de boias-frias, 22,1% de insegurança alimentar grave em famílias de um acampamento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e 11,5% de insegurança alimentar grave em famílias de assentamentos do MST. A pesquisa também demonstra a existência de uma associação entre falta de alimento e o tipo de comunidade, sendo que a carestia é maior no bairro de boias-frias.

Sendo assim, os dados apontam para a importância das políticas de reforma agrária realizadas no país, ao demonstrarem que o acesso à terra por meio dessas políticas públicas pode favorecer a redução da insegurança alimentar das famílias rurais. Também merece destaque o fato de que quanto maior o tempo do acampamento e do assentamento rural, maior a chance das famílias se encontrarem em situação de segurança alimentar (CARNEIRO *et al.*, 2008). Portanto, a posse de terra tem sido atribuída ao possível sustento da família e produção de alimentos para autoconsumo, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional dos camponeses. Carneiro *et al.*, (2008) apontam que 57% das famílias assentadas conseguiam viver apenas com a produção de seu lote, o que as diferenciavam dos acampados e boias-frias.

Ressaltamos que as metodologias empregadas por algumas pesquisas, a exemplo da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) (IBGE, 2013), ao não levarem em consideração certos fatores, podem favorecer um superdimensionamento dos dados de insegurança alimentar no meio rural:

[...] deve ser mencionada uma limitação com relação à investigação dos rendimentos das pessoas, principalmente no meio rural (Correa, 1998; Silva, 1999). Os principais problemas são: precariedade de informações sobre rendimentos variáveis, autoconsumo, transferências e rendas da propriedade; ausência de valores para rendas ou benefícios em espécie dos produtores agrícolas e trabalhadores por conta própria; ausência de informações sobre gastos com insumos, o que afeta a renda líquida. Em suma, as PNADs podem subestimar as rendas e superestimar a pobreza no meio rural (FRITZ; WAQUIL; FRITZ FILHO, 2014, p. 63).

Portanto, é necessário analisar a dimensão espacial dos domicílios, mas de uma maneira que busque superar um certo determinismo que acaba por reproduzir preconceitos quanto à “inferioridade” ou ao “atraso” do campo enquanto determinantes fundamentais para a condição de insegurança alimentar nesses espaços. Os dados que trouxemos anteriormente sobre a maior proporção de insegurança alimentar, moderada ou grave, para as regiões Sul/Sudeste e Centro-Oeste, nas áreas urbanas quando comparadas às áreas rurais, demonstram essas contradições.

Também é necessário ressaltar que a escolaridade é um fator fundamental para que possamos compreender a dinâmica da insegurança alimentar de uma forma mais ampla. As pesquisas apontam que a escolaridade é diretamente proporcional à melhor condição de segurança alimentar, ou seja, quanto mais anos de estudo, maior a probabilidade de a pessoa estar em situação de segurança alimentar (IBGE, 2013; GALINDO *et al.*, 2021; FRITZ; WAQUIL; FRITZ FILHO, 2014; TRIVELLATO *et al.*, 2019). Exemplo disto é que, em 2013, 13,7% dos(as) brasileiros(as) com 1 a 3 anos de estudo estavam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, sendo que para aqueles(as) com 15 anos ou mais de estudo o percentual era de 1,2% (IBGE, 2013).

A escolaridade é um dos indicadores que nos permitem avaliar as possíveis razões de o meio rural e as regiões Norte e Nordeste do país apresentarem maiores níveis de insegurança alimentar. O meio rural brasileiro, em 2015, abarcava 15,3% da população nacional, mas representava 33,3% da taxa analfabetismo do Brasil (IBGE 2015). Quanto às regiões supracitadas, estas apresentam os menores índices de escolaridade em relação às outras regiões do país (IBGE, 2015):

**Tabela 4:** Porcentagem de pessoas alfabetizadas ou não alfabetizadas nas Macrorregiões brasileiras em 2015.

<b>Alfabetização</b>	<b>Norte</b>	<b>Nordeste</b>	<b>Centro-Oeste</b>	<b>Sudeste</b>	<b>Sul</b>
Alfabetizado(a)	88,60%	83,48%	93,03%	94,60%	94,68%
Não alfabetizado(a)	11,40%	16,52%	6,97%	5,40%	5,32%

**Fonte:** IBGE, 2015.

**Organizado por:** Leonardo Santos.

Sendo assim, os dados nos permitem ter maior clareza dos motivos que podem estar fazendo com que o meio rural brasileiro e as regiões em questão apresentem maiores taxas de insegurança alimentar no momento atual. Soma-se a isso o intenso processo de fechamento de escolas rurais que vem se dando no Brasil (SANTOS, 2020), especialmente nas regiões Norte e Nordeste, o que pode representar uma maior dificuldade para a superação do analfabetismo no campo e, conseqüentemente, da insegurança alimentar neste meio.

#### **4. A FOME, A RAÇA E O GÊNERO**

Além de ter condicionantes como as condições de trabalho e a situação espacial, a fome no Brasil também está relacionada com as opressões de gênero e raça. Abordamos isso partindo do princípio de que o patriarcado e o racismo, origens da opressão/dominação por gênero e raça, são históricos e antecedem ao sistema capitalista. Todavia, quando o modo de produção capitalista ascende, não rompe com essas opressões, e as intensifica para acumulação do capital, em um nó patriarcado-racismo- capitalismo (SAFIOTTI, 2013).

O modo de produção capitalista, usurpou todas as possibilidades de bem-estar social, econômico e ambiental, justamente por ser incompatível com qualidade de vida e preservação da natureza, já que depende da intensa exploração de recursos humanos e naturais, para enriquecimento de uma minoria que compõe a classe dominante (MARX; ENGELS, 1998).

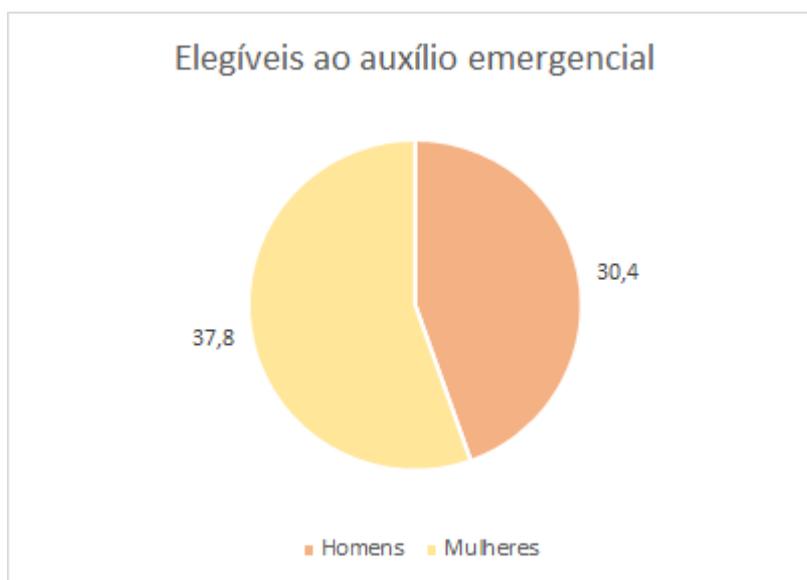
É alusivo que a exploração que sustenta e reproduz o capital é base das desigualdades sociais. As classes dominantes criam legislações e justificativas para a dominação desses sujeitos, que são aplicadas com apoio da Igreja e do Estado, órgãos representantes da burguesia (FEDERICI, 2019). Assim, a escravização do povo negro, o etnocídio na colonização e as violências contra a mulher, bem como a imposição do trabalho privado/doméstico a elas, são ligadas diretamente a esses fatores.

A dominação e exploração das mulheres ocorre em variadas vertentes, sendo que o patriarcado que se consolidou como história única em nossa sociedade, não é capaz de ilustrar a importância das mulheres. Coube ao patriarcado centralizar o homem em nossa sociedade e acuar as mulheres, confinando suas potências a exploração e a invisibilidade. Todo direcionamento de dominação é sinônimo das violências que assolam as mulheres no mundo, seja a violência patrimonial, física, doméstica, psicológica, sexual, moral etc.

A imposição do trabalho privado à mulher, no entanto, não é a única forma de exploração, já que o capital exige que homens, mulheres e crianças das classes pobres – especialmente os negros – ocupem as fábricas para ociosidade das classes dominantes. Às mulheres, então, passam a ter duplas jornadas de trabalho, inseridas agora, também no trabalho público. Com menores salários e empregos subalternos, são sujeitas a fome, a miséria e a dependência financeira, criando um elo que à sujeita a violência moral, psicológica e física (ENGELS, 2019; FEDERICI, 2019; SAFIOTTI, 2013).

Apesar dos avanços em legislações trabalhistas e contra as violências conquistados pela luta desses sujeitos, no século XXI ainda vivemos em uma sociedade extremamente desigual, fruto do capitalismo que se apoia no racismo e no patriarcado, sujeitando mulheres, negros e todos que fogem dessa composição “macho-branco-heterossexual” ao desemprego, a fome, a falta de acesso à educação e a vida digna.

Como já destacamos, o subemprego tem sido uma das duras consequências da crise sanitária da COVID-19 no Brasil. Dentre os principais afetados, constam as mulheres. Isso fica claro, por exemplo, quando constatamos que a maior parte das pessoas que solicitaram o auxílio emergencial concedido pelo Governo Federal brasileiro para mitigar os efeitos econômicos da pandemia, foram mulheres (cerca de 55% ou 37,8 milhões) (Figura 1).



**Figura 1** - População elegível ao auxílio emergencial (em milhões) – 2020.  
**Fonte:** FREITAS, CUSTÓDIO (2021).

De fato, a pandemia tem afetado de modo mais intenso a segurança alimentar das mulheres. Os dados da PNAD de 2013 (IBGE, 2013) apontavam para um nível muito similar de segurança alimentar entre os gêneros, sendo que 74,2% dos lares chefiados por homens se encontravam em situação de segurança alimentar, frente aos 74,1% dos lares chefiados por mulheres. Por outro lado, os dados mais atuais levantados pelo grupo *Food for Justice* apontam para um maior recrudescimento da insegurança alimentar nos lares chefiados por mulheres (Tabela 04).

Além disso, a questão racial é outro dado que impacta diretamente na situação de segurança/insegurança alimentar da população brasileira (GOMES, 2020). Isso fica claro ao constatarmos que, em 2013, o número de pessoas brancas em situação de segurança alimentar era bem maior do que o número de pessoas negras: 82,8% da população branca frente a 66,6% da população negra (IBGE, 2013). Os dados atuais confirmam essa tendência: 49% da população branca se encontra em situação de segurança frente a 40,7% da população negra (GALINDO *et al.*, 2021, p. 42).

**Tabela 4:** Distribuição percentual dos níveis de Segurança/Insegurança Alimentar segundo o sexo da pessoa referência do domicílio.

Sexo da pessoa referência do domicílio	Segurança alimentar	Insegurança alimentar leve	Insegurança alimentar moderada	Insegurança alimentar grave
Masculino	52,50%	32,10%	7,70%	7,70%
Feminino	35,90%	37,00%	15,90%	11,10%

**Fonte:** Galindo *et al.*, 2021.  
**Organizado por:** Leonardo Santos.

Cabe lembrarmos, portanto, como o racismo é um dado estrutural da sociedade brasileira (ALMEIDA, 2019; GOMES, 2020), sendo que as informações sobre a condição de vida da população negra atualmente reforçam essa perspectiva. As pessoas autodeclaradas pretas ou pardas representam 64,2% da massa de trabalhadores(as) desocupados(as) e 66,1% dos(as) subutilizados(as) (IBGE 2019). Quanto aos rendimentos, a população negra representa 75,2% da população com os menores rendimentos, sendo que apenas 27,7%, dos 10% da população que tem os maiores rendimentos, é composto pela população negra (IBGE, 2019).

Se levarmos em consideração o gênero enquanto categoria para nossa análise, podemos identificar que as mulheres pretas e pardas são ainda mais impactadas pela fome e pelas desigualdades sociais estruturais do país. A média dos rendimentos das mulheres pretas e pardas é de apenas 44% dos rendimentos dos homens brancos; os homens negros ganham, em média, 56,1% dos rendimentos de um homem branco (IBGE, 2019). Gomes (2020) ainda nos aponta que a população branca, em comparação com a população negra, recebe rendimentos superiores independentemente de seu nível de instrução. Desta forma:

Mais do que dados estatísticos, estamos falando de pessoas, que têm raça/cor, gênero, orientação sexual, idade, localização regional e territorial. Que vivem, constroem planos de futuro, amam, lutam e resistem. E que podem ver tudo desabar, figurando apenas como mais um número na estatística de letalidade do Covid-19. [...] A maior taxa de letalidade das pessoas negras em tempos do novo coronavírus não é uma simples coincidência entre pobreza e raça. Ela é fruto de uma perversidade histórica ativamente produzida que, no contexto de exacerbação do neoliberalismo e da crise sanitária, revela a imbricação entre raça, pobreza, saúde pública e Estado. [...] como resultado da ambiguidade do racismo brasileiro e da persistência do mito da democracia racial em nosso imaginário, nas práticas sociais e na política, essa situação tem sido invisibilizada, desconsiderada e escamoteada pelos governos e por uma parte da mídia (GOMES, 2020, p. 2-3).

Os dados confirmam a ideia de que raça e gênero são condicionantes que impactam diretamente na insegurança alimentar da população brasileira. Esses dados são fundamentais para compreendermos a dinâmica de aumento da insegurança alimentar no contexto da crise sanitária gerada pela pandemia de COVID-19.

## **5. A FOME COMO CONSEQUÊNCIA DO DESMONTE DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL DO BRASIL**

Os dados e análises trazidos anteriormente, nos permitem concluir que a fome tem se acentuado no Brasil, exacerbando outros tipos de desigualdades estruturais que historicamente marcam o país. Nesta seção, analisamos esse contexto partindo do princípio de que ele é gerado pelo desmonte do Estado de Bem-Estar Social que vinha sendo construído no Brasil desde a Constituição Federal de 1988 e que teve seu auge nos governos pós-neoliberais do Partido dos Trabalhadores (2003-2015) (COCA, 2021; SADER, 2015).

Maluf (2020, não paginado), ainda nos primeiros meses de pandemia no Brasil, alertava para o fato da comida se tornar uma das preocupações centrais nesse período:

A preocupação com ter o que comer para não passar fome, e que haja meios adequados para obter os alimentos sem risco de se contaminar, passou a estar na preocupação diária mesmo daqueles para quem comprar e comer não era mais do que rotina obrigatória sem maiores reflexões a respeito. Sem constituir uma novidade trazida pela pandemia, a permanente busca diária por obter essa condição essencial para viver ficou ainda mais difícil para os milhões de miseráveis, desempregados, moradores das periferias, população em situação de rua e outros vulnerabilizados das cidades e dos campos no Brasil.

Nesse sentido, a agricultura de base camponesa e familiar que poderia contribuir de forma mais significativa no combate à fome, sofreu nos últimos anos retrocessos consideráveis, principalmente após o processo de destituição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. Uma das primeiras medidas administrativas tomadas por seu substituto, Michel Temer, foi a extinção através da MP 726, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), responsável pelo planejamento e execução de políticas públicas voltadas para agricultura familiar, como também o esvaziamento de diversos programas, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outras medidas. (SAUER; LEITE, 2017).

Nesta direção, as políticas relacionadas à reforma agrária, importantes para o abastecimento interno de alimentos e a promoção da segurança alimentar no campo, foram paralisadas no governo de Jair Messias Bolsonaro, de forma que os estudos indicam “No ano de 2019 a reforma agrária sofreu a maior retração da história, desde 1985, quando foram criados apenas 3 assentamentos. Em 2019 nenhum assentamento foi criado e nenhuma propriedade foi desapropriada para fins de Reforma Agrária” (FERNANDES *et al.*, 2020, p. 343). Tal situação persiste em 2021. Ao contrário, o Governo Federal tem somado esforços na mercantilização dos territórios conquistados pelas famílias camponesas e investido na criminalização dos movimentos sociais do campo.

Durante os governos do PT, o Brasil havia alcançado resultados significativos no que tange a formulação de políticas para promoção de segurança alimentar, reconhecidos por diversas entidades internacionais, acompanhadas por conselhos com a participação da sociedade civil (e.g. DE SCHUTTER, 2014; OLIVEIRA, 2019). A partir de 2019, o governo de Jair Bolsonaro realizou o desmonte dessas políticas e conselhos, conforme indica o professor Maluf (2020, não paginado):

Chegou-se a formular uma proposta de política nacional de abastecimento alimentar para o Brasil, orientada pela promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) liderou esse debate com intensa participação social ao longo de sua existência, desde 2003, antes de passar por crescente esvaziamento a partir de 2016 que levou ao seu fechamento já nos primeiros atos da Presidência da República instalada em 2019. A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), antes de ser igualmente desfeita no ano de 2019, chegou a gerir um orçamento de R\$ 2.5 bilhões em 2014, tendo articulado no interior do Governo Federal um bom número de ações relacionadas com o abastecimento alimentar, a maioria delas envolvendo participação dos governos estaduais

e municipais no âmbito do desfeito Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Por outro lado, a implementação de uma agenda neoliberal e a financeirização e a transnacionalização da agricultura têm contribuído para o aumento das desigualdades alimentares no mundo como um todo, fator agravado com a pandemia do Covid-19. Os estudos de McMichael (2009) apontam para a emergência após a década de 1980, de um “Regime Alimentar Corporativo”, como parte do projeto de globalização neoliberal, onde o controle das cadeias alimentares, distribuição, produção, insumos, estão se concentrando nas mãos de empresas transnacionais que regulam o mercado global. Deste modo, com a crise internacional de 2008-2009, a demanda por *commodities* e por terra aumentou a nível mundial, impactando nos territórios camponeses a produção de alimentos (SAUER; LEITE 2017). No território brasileiro, as empresas transnacionais e setores do agronegócio se fortaleceram nas últimas décadas, retomando a direção de uma agricultura voltada para exportação de produtos primários e de *commodities*, elementos de um “Extratativismo Agrário”:

O extrativismo agrário, historicamente, foi baseado na apropriação ilegal de terras públicas e comunitárias (grilagem) para a extração de riquezas, especialmente via especulação (terra como reserva de valor). Como parte da questão agrária, é processo estrutural de “acumulação por despossessão”, nos termos de Harvey (2003), incluindo diversas formas de apropriação (legal e ilegal) da terra e de bens da natureza (floresta, água, minerais). Mais recentemente, o extrativismo agrário brasileiro é formado por uma combinação de investimentos (privados e públicos) na produção monocultora (extensiva), em larga escala para exportação de *commodities*. (SAUER; LEITE; TUBINO, 2020, p. 302).

Desta forma, o que se constatou foi o aumento da produção de monoculturas, voltadas para atender as demandas do mercado externo, a utilização indiscriminada de agrotóxicos, a liberação do uso de diversas sementes transgênicas, a violência no campo sobre populações camponesas, indígenas e quilombolas. Assim, analisando os dados do IBGE, o Alentejano (2020b) constatou que no período de 1990 a 2018 houve um aumento exponencial da área plantada de três *commodities* de exportação: Soja, Milho, Cana-de-açúcar, o que contrasta com a diminuição de área e produção de alimentos básicos como Arroz, Feijão, Mandioca, impactando na alimentação do brasileiro (a), dados que contribuem para se pensar o papel desse modelo de agricultura para o aumento da insegurança alimentar no país.

O agronegócio e os setores ruralistas também se fortaleceram no parlamento brasileiro, compondo uma junção de deputados e outros parlamentares que formam a chamada “Bancada Ruralista” no Congresso e Senado. Hoje, eles são considerados a maior força setorial da política brasileira, impondo seus interesses e desmontando direitos sociais e a legislação ambiental. Deste modo, com aval do Governo Federal, buscando garantir uma “segurança jurídica” para investidores e ruralistas, estão em tramitação no Congresso Nacional centenas de projetos de lei que visam alterar,

desmontar direitos e ameaçam a vida dos povos do campo e das florestas, como a chamada “MP da Grilagem” (MITIDIERO JR; MOIZÉS; MARTINS, 2020).

Diante deste cenário, os representantes do agronegócio no Brasil comemoram seus lucros exorbitantes na medida em que a população brasileira enfrenta a fome e a insegurança alimentar. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) divulgou em 10 de março de 2021 um documento em conjunto com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea- ESALQ-USP), que destaca o crescimento do setor em plena pandemia durante o ano de 2020, conforme o estudo o PIB do agronegócio cresceu 24,31% entre 2019 e 2020, de forma que o PIB do país diminuiu 4,1% (ALENTEJANO, 2021). Esse lucro ocorre principalmente pelo aumento dos preços dos produtos agrícolas, pesando nas compras das famílias brasileiras:

Os números são espantosos: o preço do arroz aumentou 61,1%, o do feijão cresceu 13,4%, do óleo de soja disparou 43,1%, da carne bovina aumentou 32,4%, da carne suína cresceu 31,5%, da carne de frango subiu 7,9%, o preço dos ovos cresceu 15,3%, o preço do leite subiu 9,2% e dos derivados (manteiga, queijo, etc.) aumentou 14,2%. É uma lista infundável de produtos que tiveram seus majorados ao longo de 2020, ao passo que a população enfrenta cada vez mais dificuldades para comprar produtos básicos. (ALENTEJANO, 2021, p. 11).

Com o avanço das políticas neoliberais, fruto de um Estado que visa somente beneficiar a classe dominante, temos seus reflexos mais intensos nos últimos 6 anos (2016-2021) no Brasil, onde foi intensificado o desmonte de programas sociais, retrocedendo tragicamente as políticas de segurança alimentar e nutricional antes existentes, responsáveis por eliminar o país do mapa da fome (ALENTEJANO, 2020b; COCA, 2021; FERNANDES *et al.*, 2020).

As políticas sociais assumem o papel de amenizar as desigualdades (econômica, educação, de gênero, etc.). Quando um governo não tem em sua agenda esse compromisso social como projeto, e intensificam-nas com a liquidação das políticas de combate às desigualdades já existentes, retrocedem a história e nos mantém em um espiral de exploração e desigualdades.

É por isso que discutimos a fome no Brasil como consequência imediata da retomada das políticas neoliberais pelo governo Temer e mais fortemente ainda, o governo de Jair Bolsonaro. Isso tem feito com que a precarização das condições de vida dos pobres e miseráveis que compõem a população brasileira seja ainda mais nítida.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que uma constatação da triste realidade brasileira, urge a necessidade de analisar essa ampla gama de dados como forma de pensar e estruturar políticas de combate à insegurança alimentar no país. Isso envolve, também, a disputa pelo Estado, como forma de superação da razão neoliberal que permeia o país e as políticas públicas que, cada vez mais, empurram a população brasileira rumo à fome, ao desemprego e à miséria. Sendo assim, pontuamos que a superação da

insegurança alimentar no Brasil deve ser pensada e realizada a partir do embate com as estruturas sociais, políticas e econômicas extremamente concentradas no país.

Em primeiro lugar, a superação da insegurança alimentar envolve a distribuição de terras e a desconcentração da estrutura fundiária brasileira. Isso decorre do caráter concentrador e violento da agricultura capitalista (McMICHAEL 2009; MOREIRA, 2011), que ao concentrar a terra, também concentra renda, acesso a crédito e determina o modelo de desenvolvimento territorial do país. Como o objetivo desse modelo de agricultura é gerar lucros ampliados, muitas vezes opta-se pelas exportações em detrimento do abastecimento do país (BARBOSA JR; COCA, 2015; BORGES, 2018).

Em segundo lugar, a superação da insegurança alimentar envolve a superação do racismo estrutural brasileiro. Em momentos de crise as desigualdades estruturais brasileiras tendem a afetar ainda mais os segmentos sociais e étnico-raciais historicamente injustiçados e violentados. Portanto, as desigualdades, as injustiças e as violências estão profundamente imbricadas com "[...] as questões de raça, gênero, idade e orientação sexual" (GOMES, 2020, p. 2). Soma-se a isso a condição espacial, ou seja, as desigualdades pesam ainda mais sobre aqueles e aquelas que habitam nas periferias (cuja maioria é a população negra), em cidades interioranas (com pouca ou nenhuma estrutura de atendimento médico) e no meio rural.

Por fim, a questão de gênero representa uma série de entraves para a superação da insegurança alimentar no Brasil. Em primeiro lugar, pois as mulheres, via de regra, possuem rendas inferiores aos homens brasileiros, mesmo exercendo cargos similares (SANTOS, 2008). Além do mais, porque, mesmo sendo metade da população brasileira, pouco mais de 12% das terras no Brasil são pertencentes a mulheres, o que representa cerca de 5% da área rural do país. Ainda assim, grande parte das propriedades femininas possuem áreas menores do que 5 hectares; esse quadro se mostra ainda mais complexo pois, dos produtores rurais sem posse de terra, as mulheres representam quase o dobro do número de homens (GUEREÑA; BURGOS, 2016).

De tal modo, o trabalho trouxe como contribuição demonstrar como a fome que se acentua com a pandemia da COVID-19 no Brasil é parte de um problema de ordem sistêmica mais amplo: a desigualdade social. Ela não tem apenas dimensões econômicas, mas também espaciais, raciais e de gênero. A superação dessa condição exige não apenas lutas pontuais ou de grupos específicos, mas uma profunda mudança nas estruturas que garantem a hegemonia da razão neoliberal na sociedade brasileira.

**REFERÊNCIAS**

- ALENTEJANO, P. R. R. **Crise do coronavírus alerta para necessidade de repensar produção alimentar.** Brasil de Fato. 2020a. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/04/10/artigo-cri-se-do-coronavirus>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- ALENTEJANO, P. R. R. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 353–392, 2020b.
- ALENTEJANO, P. R. R. Agronegócio comemora desgraça do povo brasileiro. **Boletim de educação no/do campo – GEPEC**, 2021.
- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural.** São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019. 256p.
- ANDRADE, M. C. Josué de Castro: o homem, o cientista e seu tempo. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 169–194, 1997.
- BARBOSA JR, R. C.; COCA, E. Conflitos entre o campesinato e o agronegócio no Brasil: os planos-safra 2015-2016. **Eutopía**, n. 8, p. 13–27, 2015.
- BORGES, B. L. **Reforma Agrária e abastecimento alimentar:** a agricultura camponesa do distrito federal construindo a segurança e soberania alimentar. 2018. 170 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- CARNEIRO, F. F.; TAMBELLINI, A. T.; SILVA, J. A.; HADDAD, J. P. A.; BÚRIGO, A. C.; SÁ, W. R.; VIANA, F. C.; BERTOLINI, V. A. Saúde de famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e de bóias-frias, Brasil, 2005. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, p. 757–763, 2008.
- CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 330p.
- COCA, E. Food Procurement in Post-neoliberal Countries: Examples from South America. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 10, n. 2, p. 275–295, 2021.
- COCA, E.; SANTOS, L. L. M.; SALVATERRA, J. R. Alguns apontamentos para pensar a agricultura e a alimentação no contexto pós-COVID-19. **Revista NEADS**, v. 1, n. 1, p. 1–11, 2020.
- DE SCHUTTER, O. **The Power of Procurement.** Public Purchasing in the Service of Realising the Right to Food - World. New York, 2014. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/power-procurement-public-purchasing-service-realizing-right-food>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- ENGELS, F. **A origem da família, do Estado e da propriedade privada.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2019. 260p.
- FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI):** Transforming food systems for affordable healthy diets. Rome, 2021.
- FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2019. 495p.

FERNANDES, B. M.; COCA, E. L. F.; VINHA, J. F. S. C.; JUNIOR, J. C.; DANTAS, J. C.; FILHO, J. S. - A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. In: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (Orgs.). **NEAG 10 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 215–235.

FERNANDES, B. M.; JUNIOR, J. C.; FILHO, J. S.; LEITE, A. Z.; SODRÉ, R. B.; PEREIRA, L. I. A questão agrária no primeiro ano do governo Bolsonaro. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 4, n. 42, p. 333–362, 2020.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. D. S. - Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17, n. SPE, p. 844–856, 2019.

FRITZ, K. B. B.; WAQUIL, P. D.; FRITZ FILHO, L. F. A Insegurança Alimentar no Rural do Rio Grande do Sul: análise da privação de uma capacitação básica. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 26, p. 41–78, 2014.

GALINDO, E.; TEIXEIRA, M. A.; DE ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNÓ, L. **Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil**. Berlin: Food for Justice, 2021.

GOMES, N. L. **A Questão Racial e o novo coronavírus no Brasil**: Trabalho e Justiça Social. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung – Trabalho e justiça social, 2020. 11p.

GUEREÑA, A.; BURGOS, S. O. **Desterrados**: Tierra, poder y desigualdad en América Latina. Oxfam, 2016. 102p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Pessoas de 5 anos ou mais de idade, por situação, sexo, alfabetização e grupos de idade**. Rio de Janeiro, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). - **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 149p.

MALUF, R. S. Comer em tempos de pandemia e após. **GGN**. 2020. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/artigos/comer-em-tempos-de-pandemia-e-apos-por-renato-s-maluf/>. Acesso em: 14 ago. 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do partido comunista. **Estudos avançados**, v. 12, p. 7–46, 1998.

McMICHAEL, P. A food regime analysis of the ‘world food crisis’. **Agriculture and human values**, v. 26, n. 4, p. 281, 2009.

MITIDIERO JR, M. A.; MOIZÉS, B. DA C.; MARTINS, L. A. - Parlamento parasitário, Executivo fascista amador e a dramática questão agrária brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 600–640, 2020.

MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil: constituição e problemas de relação**. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2011. 153p.

OLIVEIRA, O. P. Brazil Exporting Social Policies: From Local Innovation to a Global Model. **Journal of Politics in Latin America**, v. 11, n. 3, p. 249–271, 2019.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião**. Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 280p.

PONTES, R. P.; BARBOSA, M. N.; OLIVEIRA, C. A.; ABDALLAH, P. R. Quem passa fome no Brasil? Uma análise regional dos determinantes da insegurança alimentar forte nos domicílios brasileiros. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 12, n. 2, p. 225–241, 2018.

SADER, E. **A nova toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2015. 186p.

SAFIOTTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

SANTOS, J. A. F. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Dados**, v. 51, p. 353–402, 2008.

SANTOS, L. L. M. **Territórios camponeses e o fechamento das escolas do campo: uma análise sobre a escola popular Eduardo Galeano, em Campo do Meio-MG. 2020**. 86 f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2020.

SAUER, S.; LEITE, A. Z. Medida Provisória 759: descaminhos da reforma agrária e legalização da grilagem de terras no Brasil. **Retratos de assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 14–40, 2017.

SAUER, S.; LEITE, A. Z.; TUBINO, N. L. G. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 285–318, 2020.

SILVA, J. S.; REGO, V. C. Insegurança alimentar no meio rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 28, n. 4, p. 37, 2020.

SIPIONI, M. E.; RIQUEERI, M. R. L.; BARBOSA, J. P. M.; BISCOTTO, D. B.; SARTI, T. D.; ANDRADE, M. A. C. **Máscaras cobrem o rosto, a fome desmascara o resto: COVID-19 e o enfrentamento à fome no Brasil. 2020**.

TRIVELLATO, P. T.; MORAIS, D. C.; LOPES, S. O.; MIGUEL, E. S.; FRANCESCHINI, S. C. C.; PRIORI, S. E. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, p. 865–874, 2019.

VASCONCELOS, F. A. G. - Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Revista de Nutrição**, v. 18, p. 439–457, 2005.

ZAGO, M. A. V. As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, p. 1-14, 2021.